

Boletim

Nº 1.977 - Ano 43 - 15 de maio de 2017



A MELHOR TERAPIA

Com o tema *A liberdade é terapêutica*, a UFMG realiza, até sexta-feira, dia 19, a 5ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social. Um dos objetivos desta edição é discutir a articulação da Universidade com as políticas públicas nos âmbitos municipal e estadual. Outro destaque do evento será a instalação *Livro vivo*, na qual pessoas estigmatizadas ou que vivenciam situações de sofrimento mental se oferecem para serem "lidas" pelo público.

Páginas 4 e 8

Modelo manicomial ainda vigora no Brasil, diz estudo da UFMG

Página 5

MUSEUS, turismo e CONTROVÉRSIAS

Karla Estelita Godoy*

A temática escolhida para comemorar, neste ano, o Dia Internacional dos Museus (18 de maio) – instituído em 1977 pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), da Unesco, com o objetivo de sensibilizar o público para a importância dos museus na sociedade – provoca efervescentes reflexões, que ampliam e reavivam debates imprescindíveis sobre esse campo de estudos. O tema deste ano é *Museus e histórias controversas – dizer o indizível em museus*, com base na premissa de que esses ambientes podem ser compreendidos como “agentes da assimilação de histórias traumáticas de nossas sociedades, graças à mediação e à pluralidade de pontos de vista”, como salienta texto publicado pelo IberoMuseus. Assim, o Icom pretende destacar o papel dos museus como instrumentos capazes de fomentar relações mais pacíficas entre os povos e, desse modo, favorecer sua reconciliação.

Embora possa parecer um tanto utópica, essa perspectiva põe em jogo múltiplos aspectos da relação que os museus, nas suas distintas e variadas formas, estabelecem com o mundo contemporâneo.

Dos vários desdobramentos suscitados pelo tema, ressaltamos um sentido subjacente: os museus estão longe de ser lugares de consonância – são, antes, espaços de controvérsias. Quando situações polêmicas ainda não estão estabilizadas em um campo de estudos, entra em ação o que o filósofo e antropólogo Bruno Latour denominou “controvérsias”. A Cartografia das Controvérsias é adotada como método de pesquisa que envolve um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas e discutir questões às quais a teoria é vulnerável. Mapear controvérsias é ir de declarações e da literatura aos diversos agentes (humanos e não humanos) que compõem situações complexas e de conflito, que produzem ação sobre outro. O tema do Dia Internacional dos Museus faz mesmo emergir, como está explícito no projeto do Icom para 2017, a complexidade de histórias pouco conhecidas ou incompreendidas que os museus abrangem.

Apesar de, nos séculos seguintes, depois de uma série de transformações econômicas, culturais e políticas, ter havido um alargamento do ingresso de público aos museus, os “não iniciados” não eram bem-vindos.

Normas de comportamento, como a exigência do uso de trajes cerimoniais, foram adotadas para a devida admissão nesses espaços, o que já denotava atitude desconfiada e pouco acolhedora ao público em geral.

O mapeamento e a análise de controvérsias compõem um dos métodos de investigação que adotamos no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Turismo e Museus, vinculado ao Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade, instalado no Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e registrado no CNPq desde 2010.

Ao trabalharmos com a temática *Turismo e museus*, uma das principais controvérsias que identificamos está na própria relação entre museus e turismo. Tende a parecer tácita e homogênea tal imbricação, uma vez que a visita turística e o recebimento desse tipo de público por essas instituições já é algo frequente e naturalizado. Mas cabe destacar que os museus, desde a abertura das grandes coleções, no século 15, quase sempre viveram histórias controversas com seu público. Apesar de, nos séculos seguintes, depois de uma série de transformações econômicas, culturais e políticas, ter havido um alargamento do ingresso de público aos museus, os “não iniciados” não eram bem-vindos. Normas de comportamento, como a exigência do uso de trajes cerimoniais, foram adotadas para a devida admissão nesses espaços, o que já

denotava atitude desconfiada e pouco acolhedora ao público em geral.

Resultados de diversas pesquisas apontam para a continuidade desse distanciamento, nem sempre explícito, entre esses dois fenômenos sociais. Especialmente no Brasil, carente de estudos específicos sobre o público de turistas em museus – a maioria das pesquisas não separa os turistas do público espontâneo, como fazemos em nosso grupo – e de ações técnicas que proporcionam qualificação dos museus para o turismo, raras são as instituições preparadas para atender a essa demanda.

Da mesma forma, a área do turismo, como atividade econômica, não costuma ir muito além da utilização dos museus, ora como “equipamento”, ora como atrativo para ser consumido pelo segmento denominado Turismo Cultural, em que se desconsideram especificidades relevantes das instituições museológicas para que haja a prática do turismo sustentável.

Porque causam mal-estar social, controvérsias são recorrentemente camufladas. Mas o não dito, o indizível, acaba por se revelar nas experiências vividas, tornando evidentes os ruídos dessa relação. Se os museus devem se converter em polos para a promoção de relações pacíficas entre os povos, possibilitando uma visão de futuro, para além de temas tabus, como enfatiza o Icom, é preciso, em primeiro lugar, saber lidar com os dissensos. E, como afirmou Mia Couto, no encerramento da 23ª Conferência Geral do Icom, em 2013, assumir os museus como espaços “capazes de criar uma relação emancipadora com a sociedade e com os tempos que se costuram nessa mesma sociedade”. Essa talvez seja a única reconciliação possível.

***Museóloga, com pós-doutorado em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Turismo da UFF e coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade**

Festa no SEMIÁRIDO

Transferência simbólica da Reitoria para Montes Claros marca comemorações dos 41 anos do ICA

Jessika Viveiros



Entrada do campus Montes Claros: atividades de extensão beneficiaram 50 mil pessoas em 2016

O campus regional da UFMG em Montes Claros comemora 41 anos de fundação nesta segunda-feira, dia 15, data que marca a transferência simbólica da Reitoria para o Norte de Minas. A partir das 10h30, serão inauguradas a rede de esgotamento sanitário do campus e a linha do ônibus interno, que liga a Moradia Cyro Versiani dos Anjos ao Restaurante Universitário.

No fim da tarde, às 17h, a professora Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação, vai ministrar a palestra *Universidade, conhecimento e diversidade: conquistas e desafios*. Às 19h30, a Câmara de Vereadores de Montes Claros fará uma homenagem à UFMG.

Nas quatro décadas de presença em Montes Claros, a UFMG atuou em diversas frentes, ofertando cursos de ensino técnico, médio e superior. O então Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, incorporado à Universidade em 1968, mantinha cursos de formação técnica em Agropecuária. Mais tarde, em 1975, foram instalados cursos superiores de curta duração em Administração Rural e Bovinocultura.

O primeiro curso superior regular foi o de Agronomia, criado em 1999, no então Núcleo em Ciências Agrárias (NCA) da UFMG. Seis anos depois, foi instituído o curso de Zootecnia e, em 2009, a unidade passou a ofertar também Administração, Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia Florestal. O Instituto de Ciências Agrárias (ICA) foi criado um ano antes, em 15 de maio de 2008, com ênfase nas atividades de extensão, presentes desde os tempos de Colégio Agrícola.

Com o produtor

“A região onde hoje está localizado o campus Montes Claros era uma fazenda, que se desenvolveu com a vinda do Colégio Técnico e da UFMG. Desde o início, sempre houve uma preocupação em atender à comunidade, porque a Universidade não está aqui sozinha. Por meio das atividades de nossos alunos e docentes, sempre voltadas para a realidade local, chegamos até o produtor”, contextualiza a professora do ICA e coordenadora do Centro de Extensão (Cenex), Júlia Maria de Andrade, que ingressou na Instituição nos anos de 1970.

Atualmente, o ICA conta com 17 programas e 115 projetos de extensão ativos, além de 82 eventos. Somente em 2016, o público beneficiado pelas iniciativas, que incluem visitas técnicas, capacitação e palestras, foi de quase 50 mil pessoas, segundo o Cenex.

“É preciso valorizar e compreender a importância da indissocia-

bilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta de ofertar um ensino de graduação e pós-graduação de qualidade no campus regional de Montes Claros não deve se dissociar da produção do conhecimento pela pesquisa nem de uma extensão participativa e inclusiva”, defende o diretor do ICA, Leonardo David Tuffi Santos.

Consolidação

A oferta de pós-graduação na unidade a partir de 2006, com o curso de mestrado em Ciências Agrárias, contribuiu para consolidar o campus regional de Montes Claros como um dos principais centros de geração de tecnologia no semiárido mineiro. “Em 2012, promovemos uma reestruturação na pós-graduação. Transformamos a área de Ciências Agrárias em Produção Vegetal, que ajudou na nucleação dos mestrados em Produção Animal e Sociedade, Ambiente e Território”, informa o professor Reginaldo Arruda Sampaio, que à época coordenava o curso de Pós-graduação em Ciências Agrárias.

A mudança surtiu efeito, e a área alcançou conceito 4 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – 3 era o conceito anterior. No ano passado, foi criado o doutorado em Produção Vegetal, “o que indica que estamos no caminho certo para consolidar a pós-graduação em nosso campus”, afirma Sampaio.

Os cursos de pós-graduação possibilitaram melhorias na infraestrutura do campus, com a implantação de laboratórios e compra de equipamentos de última geração, que favoreceram a produção de pesquisas e artigos mais aprofundados, publicados em revistas científicas de impacto. O Centro de Pesquisa em Ciências Agrárias (CPCA), complexo de laboratórios multiuso, é uma das novas instalações. Inaugurado em 2013, o Centro reúne laboratórios de biotecnologia, engenharia de alimentos, controle da poluição, metabolismo animal, plantas medicinais e aromáticas e sanidade animal e saúde pública, além de salas que abrigam equipamentos de precisão para pesagem e preparo de amostras, moinhos, estufas, incineradores, freezer e câmara fria.

As mudanças são perceptíveis para os estudantes. Aluna da primeira turma do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, Fabíola Mendes Braga cursou o mestrado em Produção Vegetal no ICA e agora integra a segunda turma do doutorado, criado em 2016. “Em 2009, durante o curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, passei por dificuldades de primeira turma, como o pequeno número de professores e o estudo de disciplinas em conjunto com o curso de Agronomia. A melhoria é nítida. O corpo docente aumentou, e os estudantes saem mais bem preparados”, atesta.

TUDO a VER

Quinta edição da Semana de Saúde Mental promoverá discussões sobre a articulação da UFMG com a política e serviços especializados na área

Zirlene Lemos* e Helvio Caldeira**

Problemas relativos à saúde mental, que resultam em afastamentos de servidores técnico-administrativos e professores ou transtornos depressivos em estudantes, são comuns dentro das universidades de diversos países. Estudos internacionais, a propósito, já identificaram que os transtornos mentais têm mais probabilidade de surgir pela primeira vez durante o período universitário, o que suscita as seguintes questões: o que a instituição de ensino tem a ver com isso? Como tratar dessa temática em uma organização como a universidade?

Respostas a esses desafios serão construídas na 5ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social, até sexta-feira, 19, em vários espaços das unidades da UFMG. A iniciativa é da Rede Saúde Mental, vinculada à Pró-reitoria de Extensão e integrada por grupos, laboratórios e núcleos de extensão, ensino e pesquisa em saúde mental, setores de serviços com interface com a área e parceiros externos.

De acordo com a pró-reitora adjunta de Extensão, Claudia Mayorga, o tema da saúde mental normalmente é circunscrito à vida privada dos sujeitos. “Se, por exemplo, alguém precisa trancar o curso ou pedir afastamento do trabalho devido a questões de saúde mental, isso geralmente é compreendido como um problema do indivíduo com sua família, médico e psicólogo. Não é função da Universidade fazer atendimentos, mas é fundamental que ela acolha as pessoas que necessitam de apoio e se articule com as políticas públicas de saúde mental do município e do estado”, afirma. Além disso, prossegue, “é importante investir em ações que colaborem para o fortalecimento de uma universidade acolhedora, flexível, inclusiva e solidária”.

Uma das iniciativas para essa articulação, segundo Mayorga, é o *Conversatório: cidade e universidade em conexão – construindo estratégias integradas de atenção à saúde mental*. Organizada pelo grupo de trabalho Serviços, da Rede Saúde Mental, a atividade será realizada no dia 19, às 9h, no auditório da Reitoria. Nela, serão apresentados os serviços da UFMG que mantêm interface com a saúde mental.

Mayorga também chama a atenção para a exposição *Follia, a loucura que sua normalidade nunca viu*. Planejada pela turma do 6º período do curso de Museologia da UFMG, a ação aborda principalmente a

luta antimanicomial, que completará 30 anos no dia 18 de maio. A mostra, que ficará aberta à visitação no mezanino do prédio da Reitoria, até 9 de junho, propõe uma narrativa que aborda loucura, arte, literatura, história e memória. Outra exposição alusiva à luta antimanicomial pode ser visitada no Espaço do Conhecimento, na Praça da Liberdade. Ela reúne um conjunto de cartazes do desfile que leva, anualmente, às ruas de Belo Horizonte, milhares de pessoas com sofrimento mental e defensores da causa, sob a batuta da Escola de Samba Liberdade Ainda Que Tan Tan.

A mesa de abertura *A arte e a ética do cuidado em liberdade*, marcada para o dia 16, a partir das 9h, no auditório da Reitoria, contará com a presença de Lula Wanderlei, artista e terapeuta que colaborou com a psiquiatra Nise da Silveira na reformulação do Museu de Imagens do Inconsciente e ajudou a criar a sala Lygia Clark no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Também participam Gina Ferreira, pesquisadora do Museu do Inconsciente, e Thereza Portes, artista plástica e professora da Escola Guignard (Uemg).

Interlocução

Segundo a professora Stella Goulart, que presidiu a Comissão de Saúde Mental (Cisme), haverá, durante a abertura, uma homenagem à psiquiatra Nise da Silveira – referência brasileira no tratamento humanizado de pessoas com sofrimento mental – e a apresentação de relatórios da comissão. “Não há outra universidade no Brasil que se dedique ao tema como a nossa. Esse evento ajuda a ampliar nossas relações nacionais e internacionais”, afirma.

Uma das principais interlocutoras da UFMG nessa área é a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Assussam-MG). Seu presidente, Paulo Reis Braga, vai discutir, em mesas nos dias 16 e 17, o ensino de psicopatologia e a importância do compromisso com os direitos humanos e a inclusão social da loucura. “A Semana é espaço para reforçar a reforma psiquiátrica dentro da UFMG e desestigmatizar questões relacionadas ao sofrimento mental. Pesquisas recentes identificaram que o sofrimento mental é a maior causa do trancamento de matrículas



Divulgação/Espaço do Conhecimento UFMG

Desfile reúne milhares de defensores da causa antimanicomial em Belo Horizonte

na UFMG. No entanto, existe uma carência de discussões sobre o tema”, defende.

A professora Teresa Cristina da Silva, da Escola de Enfermagem da UFMG, concorda: “Além de consolidar a discussão sobre o tema, a Semana chama atenção para a experiência cotidiana de todos os que compõem nossa comunidade”.

A estudante Laura Fusaro, integrante da Assussam e do Coletivo Loucura Livre e representante dos alunos da UFMG que sofrem problemas mentais, também valoriza as discussões propostas pelo evento. “O Brasil é um dos poucos países que abordam esse tema com profundidade. Somos, sem dúvida, protagonistas da produção de conhecimento na área”, afirma.

Algumas discussões do evento poderão ser aproveitadas para efeito de integralização de créditos. O estudante de graduação interessado no certificado da atividade complementar deverá se inscrever por meio do link <https://aplicativos.ufmg.br/conhecimento/atividades/>. A programação está disponível em quintasemanaufmg.wordpress.com.

*Assessora de Comunicação e bolsista de Jornalismo da Pró-reitoria de Extensão

Os MANICÔMIOS PERSISTEM

Levantamento de professora da UFMG revela que leitos psiquiátricos aumentaram em 38% dos municípios brasileiros entre 2008 e 2013

Ana Rita Araújo

O modelo de atenção à saúde mental concebido pelos responsáveis pela reforma psiquiátrica brasileira ainda não pode ser considerado majoritário. A despeito da redução global de 19% dos leitos psiquiátricos em território nacional, levantamento pormenorizado realizado na esfera municipal mostra que houve criação desse tipo de leito em muitos lugares, o que indica que ainda vigora no país o modelo manicomial.

Os dados são fruto de pesquisa da professora Simone Costa de Almeida, do Departamento de Terapia Ocupacional da UFMG, com base em indicador criado para mensurar a implantação da Lei 10.216, aprovada em 2001, que reorienta o modelo de atenção às pessoas com sofrimento mental. No lugar da internação hospitalar, a lei propõe uma rede composta de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), Centros de Convivência e Cultura, Unidades de Acolhimento (UAs) e leitos de atenção integral – em hospitais gerais e nos Caps.

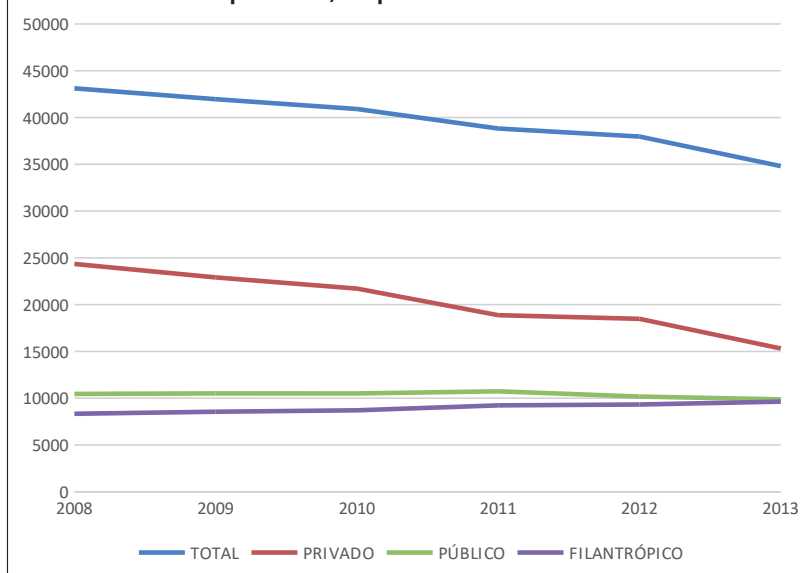
“Quando se aproxima a lupa das esferas subnacionais, constata-se que, de 2008 a 2013, em 25,1% dos municípios o número de leitos foi reduzido, em 36,5% não houve alteração e em 38,4% houve aumento”, observa a professora. A queda no cômputo geral deve-se ao fato de que municípios com grande número de leitos registraram redução significativa, como Camaragibe (PE), que baixou de 1.140, em 2008, para 105, em 2013. Por outro lado, muitos municípios que não tinham leitos passaram a oferecer esse serviço, e outros ampliaram o estoque, como Torres, no Rio Grande do Sul, que passou de sete para 10 leitos em cinco anos. Além disso, enquanto algumas cidades cumpriram de forma exemplar os pressupostos da lei – fechamento de leitos psiquiátricos, criação de Caps e de SRTs –, outras apenas fecharam os leitos, sem criar estrutura substitutiva.

Considerando a estrutura federativa e a dependência política e financeira entre as três esferas de governo, a Lei 10.216 – conduzida pelo Ministério da Saúde por meio de mecanismos de indução financeira – não se mostrou suficiente para reverter a lógica centrada no hospital. “Talvez o exemplo mais claro esteja nas cidades que mantiveram os leitos psiquiátricos, sem criação de Caps e SRTs. É preciso conferir prioridade a essa política na agenda dos gestores municipais”, comenta a professora, que trabalhou como supervisora de estágios em serviços substitutivos ao manicômio na rede municipal de Belo Horizonte.

Os Caps são serviços de saúde mental que atendem às pessoas em crise e que congregam número reduzido de leitos para casos emergenciais. Em Belo Horizonte e em outras cidades mineiras, recebem a nomenclatura de Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam). Já os SRTs são casas, mantidas pelas prefeituras, que acolhem egressos dos antigos hospitais psiquiátricos – esses pacientes são atendidos nos Caps.

“Se, de um lado, a redução dos leitos psiquiátricos no Brasil é marca indelével da implementação da política antimanicomial, de outro, o embate de forças com segmentos vigorosos que defendem o modelo hospitalocêntrico, mediante o aparato econômico e político de que dispõem, retarda a mudança que se pretende na forma de tratar a loucura”, enfatiza Simone Almeida.

Variação dos leitos psiquiátricos no Brasil, por setor, no período 2008-2013



Arquivo da pesquisadora

Contradição

Segundo a professora, o achado mais destoante em sua pesquisa, por se caracterizar como contraditório à reforma, foi a criação de novos leitos. “Não conseguimos identificar como eles foram abertos. Será que resultam da força de determinados lobbies diante de brechas que a lei oferece?”, questiona. Em sua tese de doutorado, defendida em 2015, a pesquisadora apresenta a hipótese de que esses leitos podem ter sido abertos para atender aos usuários de álcool e outras drogas, já que portaria do governo federal permite sua internação em comunidades terapêuticas.

Para a professora, essa determinação compromete as dimensões política e ética da reforma psiquiátrica e estabelece um retrocesso no curso da política antimanicomial. “Estamos desde 1978 tentando desativar leitos, de modo a dispensar esse recurso que valoriza a segregação. Não queremos pessoas internadas, isoladas, sejam elas portadoras de sofrimento mental propriamente dito ou usuárias de álcool e outras drogas. O que se pretende com a reforma psiquiátrica é o cuidado em liberdade”, enfatiza.

Indicador

Em levantamento realizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES) para a elaboração do indicador, Simone Almeida recolheu as informações referentes a Caps e a leitos psiquiátricos. Os dados sobre SRT foram obtidos na Coordenação Nacional de Saúde Mental, pois não estavam disponíveis no CNES. Os dados colhidos pela professora mostram que em 2008 havia no Brasil 43.113 leitos psiquiátricos, distribuídos entre 24,2% públicos, 19,3% filantrópicos e 56,5% privados. Já em 2013, eram 34,8 mil leitos, com redução de 19,3% no estoque total no âmbito do Sistema Único de Saúde. “O setor privado foi o que mais contribuiu para a diminuição, com 37,1%, enquanto no setor público o percentual foi de 5,6%, e o filantrópico teve aumento de 13,5%”, compara a professora. Em relação aos Caps, houve aumento de 56,5% no período estudado. Nos casos dos SRT, a expansão se deu em menor escala.

CLIMA INSTÁVEL

Pesquisador Carlos Nobre abordará o Acordo de Paris e o governo Trump em conferência do ciclo UFMG, 90

Ana Rita Araújo

As ações anti-ciência e antipolíticas climáticas do governo Trump ampliam as dificuldades para o alcance da meta de contenção do aquecimento global em menos de 2° C. A avaliação é do climatologista Carlos Nobre, que nesta quarta-feira, 17, fará conferência sobre o assunto no campus Pampulha, a partir das 19h. Aberto ao público, no auditório nobre do Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (Cad 1), o evento integra o ciclo *UFMG, 90 – desafios contemporâneos*, que comemora as nove décadas de fundação da Universidade.

Na conferência *Mudanças climáticas, Acordo de Paris e o governo Trump*, o coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas analisará o Acordo de Paris da Convenção Climática, firmado por 195 países no fim de 2015 e que entrou em efeito em outubro de 2016. Em sua opinião, o acordo “representa à perfeição o consenso global sobre os riscos das mudanças climáticas para o planeta e para a humanidade, fortemente apoiado pela comunicação da ciência à política pública”.

Contudo, o compromisso “ética e moralmente imperativo” estabelecido pelo documento ainda é de difícil implementação, pondera o pesquisador, que participou como autor de vários relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) – em particular, do Quarto Relatório de Avaliação. O IPCC foi agraciado em 2007 com o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos.

Carlos Nobre, que há 20 anos formulou a hipótese da “savanização” da Amazônia em resposta a desmatamentos e vem estudando como o aquecimento global pode influenciar a floresta tropical, afirma que as atividades humanas, principalmente as emissões de gases de efeito estufa, já modificaram o clima global de maneira evidente e com impactos cada vez mais perceptíveis em todos os setores socioeconômicos e sobre ecossistemas, inclusive no Brasil.

O climatologista lembra que, embora a ciência tenha avançado na capacidade de determinar o potencial de adaptação humana às mudanças climáticas, “há limites absolutos a essa adaptação, a exemplo dos limites fisiológicos para o ser humano em altas temperaturas e umidade, e é real o risco de extinção de milhões de espécies”.

Arquivo pessoal



Carlos Nobre vê dificuldades para a implantação do Acordo de Paris

Relutância

O Acordo de Paris da Convenção Climática definiu o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais. Para que comece a vigorar, necessita da ratificação de ao menos 55 países que respondem por 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Cerimônia em Nova York, no dia 22 de abril de 2016, abriu o período para assinatura oficial do acordo. Até o momento, poucas nações o fizeram, e ainda estão de fora grandes países como China, Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Em sua campanha à presidência, Donald Trump chegou a anunciar que iria “cancelar” o acordo de clima de Paris, o que, segundo analistas, pode levar outros governos a adotar posições relutantes em relação à redução das emissões de gases que contribuem para o aquecimento global.

Trajetória

Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e doutor em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology, Carlos Nobre iniciou sua carreira profissional no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Atuou como pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi presidente da Capes, diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Nobre representa o Brasil no International Institute for Applied System Analysis. Foi membro do International Scientific Advisory Panel do Climate Change Adaptation Program (Holanda). É membro do High Level Scientific Advisory Panel on Global Sustainability, do Secretário Geral da ONU. Tem experiência na área de geociências e ciências ambientais, com ênfase em meteorologia, climatologia, modelagem climática e ciência do sistema terrestre, dedicando-se principalmente a temas como ciências atmosféricas, clima, meteorologia, Amazônia e modelagem climática, interação biosfera-atmosfera, mudanças climáticas e desastres naturais.

Desafios contemporâneos

Aberto em março deste ano, o ciclo de conferências *UFMG, 90: desafios contemporâneos* foi idealizado para comemorar as nove décadas de fundação da Universidade, promovendo a discussão de temas atuais por personalidades brasileiras e estrangeiras. Neste mês, além de Carlos Nobre, o campus Pampulha abrigará conferências de Michael Heinrich – *A atualidade de 'O capital': a propósito dos 150 anos de sua publicação* (dia 26) – e Richard Stallman – *A free digital society: what makes digital inclusion good or bad*, no dia 29.

Nos próximos meses, o ciclo trará à UFMG o pesquisador Jacques Godfroid, da Universidade de Tromsø (Noruega), Eske Willerslev, da Universidade de Copenhague (Dinamarca), Peter Burke, da Universidade de Cambridge (Inglaterra), Maria Lúcia Palhares-Burke (USP), Lyle Campbell, da Universidade do Havaí (EUA), Humberto Pereira (Embraer), Eduardo Viveiros de Castro (UFRJ) e Lilia Schwarcz (USP).

APADRINHAMENTO

Destinado ao acolhimento de estudantes e pesquisadores estrangeiros por alunos e servidores da Universidade, o Programa de Apadrinhamento da UFMG recebe inscrições até o próximo dia 24. Padrinhos e madrinhas deverão acompanhar o intercambista ao longo do segundo semestre letivo em eventos de apresentação dos campi e sugerir programação para fins de semana e feriados.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas na chamada de inscrições (<http://bit.ly/2prk3r5>) ou pelo e-mail acolhimento@dri.ufmg.br.

NANOTECNOLOGIA

Programa que articula empresas e pesquisadores em nanotecnologia, o Sibratec-Nano está com edital aberto, até o próximo dia 26, para financiamentos de R\$ 100 mil a R\$ 400 mil para o desenvolvimento de projetos.

Promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o programa é operado pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). A iniciativa articula e apoia projetos que unem empresas e pesquisadores dos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) vinculados ao Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano). Orientações sobre submissão de propostas estão disponíveis na página www.sibratecnano.com.

ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Estão abertas até 15 de agosto as inscrições para o 2º Simpósio de Engenharia de Alimentos da UFMG (Simeali), que o Instituto de Ciências Agrárias (ICA) vai realizar de 16 a 18 de agosto. Com o tema *Sustentabilidade: uma nova perspectiva na produção de alimentos*, o evento vai promover o debate e a proposição de alternativas para minimizar os impactos ambientais da cadeia produtiva.

O prazo para submissão de artigos termina no próximo dia 31. Os interessados poderão enviar até dois trabalhos completos relacionados com as áreas de biotecnologia, engenharia, segurança e embalagens de alimentos; controle de qualidade, nutrição, tratamento de resíduos da indústria e processamento e tecnologia de alimentos alternativos.

A programação e outras informações sobre o Simpósio estão disponíveis no endereço www.simeali.com.

PESQUISADOR EMÉRITO

O professor emérito da UFMG Angelo Barbosa Monteiro Machado [foto], vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB), recebeu o título de Pesquisador Emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O título lhe seria entregue pessoalmente no último dia 9, em solenidade no Rio de Janeiro, mas o professor não compareceu, em razão de problema de saúde. O título foi outorgado também a outros nove pesquisadores, de diversas instituições.

“Considero essa homenagem muito importante, não apenas porque a escolha é feita por uma instituição séria, gerida por pessoas sérias e competentes, mas também porque reconhece a produção científica, a dedicação do pesquisador e sua atuação em entidades que promovem a ciência”, afirmou Angelo Machado, que faz questão de dividir méritos com a esposa, Conceição Ribeiro da Silva Machado, falecida em 2007, também professora emérita da UFMG. Eles trabalharam juntos na área de neurociências.

Graduado em Medicina e doutor pela UFMG, Angelo Machado fez pós-doutorado na Northwestern University em Chicago. Dedicou-se sempre ao ensino e à pesquisa, inicialmente na área de neurociências, como professor do Departamento de Morfologia do ICB, e, mais tarde, em entomologia, vinculado ao Departamento de Zoologia. Tem 138 trabalhos científicos publicados, a maioria em revistas internacionais.



Foca Lisboa/UFMG

MODELOS DE NEGÓCIOS

Como montar um negócio utilizando a internet das coisas? Respostas a essa questão guiarão os estudantes na terceira edição do desafio UFMG Challenge, que será realizado de 22 a 26 de maio. Destinada a estudantes de graduação e de pós-graduação, a competição de modelos de negócios integra a Semana Professor Marcos Pinotti de Engenharia Mecânica e Inovação, da Escola de Engenharia. Seu objetivo é selecionar e premiar os melhores projetos de base tecnológica desenvolvidos na Universidade.

As equipes selecionadas apresentarão seus projetos para banca avaliadora formada por membros da academia, mercado e ecossistema empreendedor. A competição está estruturada em três eixos: tecnológico, empreendedor e prototipagem. O evento é organizado pelo Setor de Empreendedorismo da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica da UFMG. Mais informações podem ser obtidas no endereço www.sympla.com.br/semmap.

EXTENSÃO TRANSFORMADORA

Com o tema *Extensão contemporânea: experiências de transformação*, será realizada, no próximo dia 24, a partir das 14h, a sexta edição da Jornada de Extensão da UFMG. Para se inscrever, os interessados devem preencher formulário eletrônico hospedado no endereço <http://bit.ly/2qXbaLq>.

A expectativa é de que o evento reúna, no CAD1, mais de 700 estudantes de graduação dos campi da UFMG em Belo Horizonte e Montes Claros que recebem bolsas do edital de fomento a programas e projetos de Extensão (Pbext 2017). Também são convidados alunos voluntários, professores e servidores técnico-administrativos envolvidos em ações de extensão e representantes das comunidades parceiras.

Durante o evento, serão relatadas, por estudantes e representantes das comunidades, as experiências de quatro programas e projetos de extensão. As iniciativas são do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) e das faculdades de Educação e de Filosofia e Ciências Humanas. O Programa de Dança Experimental da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional fará uma intervenção artística.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-3215 e pelo e-mail eventos@proex.ufmg.br.

Para **NÃO** julgar pela **CAPA**

UFMG recebe “biblioteca humana”, instalação em que pessoas estigmatizadas se oferecem para serem “lidas” pelo público

Ewerton Martins Ribeiro

Se livros transformam pessoas, como se afirma no senso comum, que poder não teriam livros que, em vez de inanimados, fossem, de fato, vivos, podendo interagir com os leitores? Essa é a proposta da instalação *Livro vivo*, que será montada no gramado da Reitoria no Dia Nacional de Luta Antimanicomial, 18 de maio, no âmbito da 5ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG. A instalação visa possibilitar que os leitores da comunidade acadêmica tenham acesso a obras que pensam, falam, sentem e sofrem – às vezes, demasiadamente.

A instalação funciona como uma biblioteca orgânica e efêmera: nela, os livros são de fato pessoas, que, em um ato de generosidade, se abrem para serem “lidas” pelo público, em suas dores e alegrias, impasses e resoluções, receios e desejos. O objetivo da ação é promover experiências de empatia não mediadas e de reconhecimento do outro em suas singularidades.

A biblioteca foi composta exclusivamente por quem vive diariamente a experiência da estigmatização, como cegos, surdos, cadeirantes, indígenas, obesos, pessoas com sofrimento mental e mulheres vitimadas pela violência doméstica, entre outros indivíduos. “São pessoas que enfrentaram e enfrentam, cotidianamente, situações limítrofes de discriminação”, explica a professora Stella Goulart, que coordena o projeto *Arte na loucura*, do Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental (Pasme). Ela é responsável pela instalação e coordena equipe composta de professores, estudantes e técnicos administrativos e ativistas da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental.

A instalação *Livro vivo* é inspirada na ideia de Biblioteca Humana (<http://humanlibrary.org>), cujo embrião surgiu na União Europeia (UE) nos anos 2000, já com foco na luta contra o estigma e os preconceitos. De lá para cá, ações do gênero foram realizadas em diversas partes do mundo. No Brasil, contudo, é apenas a segunda vez que uma instalação do tipo é realizada.

A versão que será mostrada aqui é desdobramento do convênio de amplo escopo firmado entre a UFMG e a Universidade de Estudos da República de San Marino, da Itália, e é inspirada na experiência

dessa universidade na atenção a pessoas que enfrentam a estigmatização. A instituição integra o movimento da Psiquiatria Democrática Italiana (PDI), pioneiro no combate aos manicômios e na campanha pela revisão dos estatutos jurídicos relativos às doenças mentais. O professor Ernesto Venturini, de San Marino, sugeriu que instalação fosse montada na UFMG.

Catálogo de sentimentos e vivências

Cerca de 20 livros serão disponibilizados para leitura nas “prateleiras” do pequeno bosque da Reitoria. “Vamos reproduzir a especificidade da dinâmica de quando entramos em uma biblioteca, conversamos com a bibliotecária e escolhemos um livro na estante para ler. É um momento íntimo, de profunda transformação, que se diferencia de palestras, rodas de conversa e conferências”, diz Stella.

A instalação será realizada em duas sessões de 40 minutos, uma às 9h e outra às 10h30, ambas abertas ao público: “Apenas limitamos a experiência a um máximo de três leitores por livro, de modo a garantir um contexto de proximidade verdadeira e potencializar a relação de intimidade entre o leitor e o livro”.

Stella Goulart, que é professora da Fafich, alerta que alguns cuidados

são importantes em uma instalação como a que vai ocupar o gramado da Reitoria. “Quando pegamos um livro em uma biblioteca, não podemos escrever nele, marcá-lo. Precisamos cuidar da sua integridade, manuseá-lo com atenção, tratá-lo com cuidado. Essas premissas são ainda mais importantes para os livros vivos, que têm a particularidade de se transformarem por meio da experiência de leitura daqueles que se propõem a abri-los”, compara.

O evento será coroado pela *Mesa da Thereza*, intervenção da artista Thereza Portes que propõe um banquete de encontros e delícias, no qual será literalmente escrito o *Livro aberto da luta anti-manicomial nas universidades*, entre o cafezinho coado no mancebo e os biscoitinhos mineiros. “O local e o universal se encontrarão em um território livre, acolhedor, transdisciplinar e poético”, conclui a professora Stella Goulart.

